

## 4 O Teatro Cartesiano

### 4.1 O ataque final ao cartesianismo

Em *Consciousness Explained*, Dennett se propõe a demolir duas idéias presentes na tradição filosófica: o conceito de *qualé*, como vimos anteriormente, e a idéia de que os conteúdos da consciência convergem para um centro bem definido, onde são testemunhados pelo “eu”. Dennett crê que “a idéia de um centro especial no cérebro é a má idéia mais tenaz a atrapalhar nossas tentativas de pensar sobre a consciência.”<sup>61</sup> As razões que sustentam esta posição de Dennett serão um dos temas deste capítulo. Também serão discutidas as conseqüências que a discussão traz para o estudo empírico da mente.

Dennett reconhece ser razoável a idéia de que mentes conscientes coabitam com um ponto de vista subjetivo. Isto significa que, *grosso modo*, onde existe uma mente consciente, deve haver uma perspectiva individual. Para quase todos os propósitos, é verossímil considerar estas perspectivas como um “ponto se movendo pelo espaço-tempo”.<sup>62</sup> Podemos afirmar, por exemplo, que a forma como percebo o mundo depende da minha localização espacial. Dennett observa que a explicação para a lacuna verificada entre o som e a visão de um *show* de fogos de artifício consiste em chamar atenção para as diferentes velocidades do som e da luz. Som e luz alcançam o local onde está o observador em momentos diferentes, mesmo tendo deixado sua origem simultaneamente. Em outras palavras, temos aqui uma situação onde é plausível a idéia de que um observador é algo com uma localização espacial precisa.

O erro fatal, diz Dennett, ocorre quando procuramos concluir, a partir deste tipo de exemplo, que é possível focar o observador de maneira a localizar *onde em seu corpo* ele se encontra.<sup>63</sup> Embora o cérebro seja sem sombra de dúvida o centro

---

<sup>61</sup> Dennett, 1992a, p. 108. Minha tradução.

<sup>62</sup> *Ibidem*, p. 102. Minha tradução.

<sup>63</sup> *Ibidem*, 101-111.

de controle, nós não podemos encontrar um outro centro de controle dentro do cérebro. Dito de outra forma, não há como localizar o observador *dentro* do cérebro. Quando trata de escalas de tempo e espaço muito pequenas, o pesquisador da mente está desautorizado a considerar a perspectiva individual como um local precisamente definido. Concluir, a partir das instâncias onde calculamos a localização de um ser consciente, que a mente *é* algo sempre localizável com precisão é uma falácia que caracteriza o que Dennett chama de “materialismo cartesiano”<sup>64</sup>. O materialismo cartesiano é a crença em um local especial do cérebro, no qual a atividade cerebral é tornada consciente. O que ocorre neste nexos de eventos mentais, o Teatro Cartesiano, forma o conteúdo da experiência. Podemos definir o materialismo cartesiano como o cartesianismo na filosofia da mente, intacto exceto pela rejeição da coisa pensante. Dennett argumenta, como veremos, que não existe uma apresentação de conteúdos para uma “autoridade” central. Ele observa que, ainda que ninguém o defenda explicitamente, o materialismo cartesiano é uma ilusão traiçoeira, a base de falácias geradoras de muita confusão no estudo da consciência e do livre-arbítrio.

#### 4.2 Impasses na interpretação de ilusões

A argumentação de Dennett contra o materialismo cartesiano consiste em um *reductio ad absurdum* deste através da demonstração de que uma de suas implicações não passa de uma quimera.<sup>65</sup> A quimera é a distinção, em certos casos, entre contaminações de memórias por conteúdos estranhos às mesmas e edições de percepções que resultam em experiências falsas desde o início.

Dennett pede ao leitor que imagine um experimento onde um cientista insere memórias falsas em sua mente. Ao lembrar, na segunda-feira, de uma festa ocorrida no sábado, o leitor revive uma cena que na verdade nunca existiu. Esta cena foi inserida no cérebro pelo cientista após a festa, e o procedimento foi tão bem-feito que a vítima não vê como duvidar de sua memória. Dennett chama este tipo de contaminação posterior à experiência de *revisão orwelliana* (no romance *1984*, de George Orwell, há um Ministério da Verdade que reescreve o passado a

---

<sup>64</sup> Dennett, 1992a, 1992b.

<sup>65</sup> *Ibidem*.

seu bel-prazer). Podemos distinguir entre esta forma de enganar e outra, adotada por regimes totalitários, que Dennett denomina revisão *stalinesca*. Uma revisão stalinesca ocorre quando há um julgamento farsesco, que visa enganar a opinião pública por meio de falsos testemunhos e confissões obtidas de forma ilegítima. Ambos os métodos são formas de gerar memórias enganadoras que, quando bem executados, não deixam muitos traços. Mas ainda que as vítimas de uma destas formas de desinformação não possa descobrir o que realmente aconteceu, parece óbvio que sempre existam fatos que apontem para um dos dois métodos. No entanto, diz Dennett, esta é uma instância da falácia do “Teatro Cartesiano”, descrita acima. Quando lidamos com escalas de tempo muito reduzidas, a diferença (existente no mundo do dia-a-dia) desaparece, levando consigo o materialismo cartesiano. Se existe um ponto fixo onde as discriminações realizadas pelo cérebro são tornadas conscientes, sempre haverá uma forma de distinguir entre processos orwellianos e stalinescos. Basta verificar quando as revisões são realizadas: antes ou depois da passagem pelo Teatro Cartesiano. No primeiro caso, teríamos um processo stalinesco, pois o que é representado no Teatro Cartesiano já é uma farsa desde o início; no segundo, teríamos uma revisão orwelliana, já que as modificações visam distorcer a memória de um evento real. O que Dennett procura mostrar é que, em certos casos, não há como determinar, sem petição de princípio, qual das duas ilusões é a fonte do engano. Como o materialismo cartesiano requer que esta distinção seja possível não importa quando, ele tem de ser descartado e substituído. O candidato proposto como substituto por Dennett será o tema do próximo capítulo. Passemos agora para os impasses apontados por Dennett.

Um dos fenômenos onde a distinção entre revisão stalinesca e revisão orwelliana torna-se inviável é a ilusão conhecida na literatura como *phi*<sup>66</sup>. Trata-se de uma percepção de movimento onde só existem objetos estáticos. Duas luzes, separadas por até 4 graus de ângulo visual, são acesas uma após a outra com um curtíssimo intervalo (50 milissegundos; as luzes são acesas por 150 milissegundos cada). O sujeito vê um único ponto luminoso se movendo entre os dois pontos. Se as luzes forem de cores diferentes, o sujeito vê o ponto luminoso mudar de cor no meio da trajetória. Isto significa que tem de haver algum processo de edição no

---

<sup>66</sup> Dennett, 1992a, p. 114.

cérebro, já que a experiência só pode ocorrer após a detecção das duas luzes (do contrário, teríamos que admitir que o cérebro sistematicamente adivinha que haverá uma segunda luz). E isto parece implicar um atraso da consciência do evento para que haja um processo capaz de gerar a ilusão. Dennett procura mostrar que esta é uma opção enganosa, gerada pela influência que a imagem do Teatro Cartesiano exerce sobre nós. Processos tão rápidos como os que geram a “ilusão *phi*” não podem ser compreendidos desta forma. Suponhamos que a primeira luz seja vermelha, e a segunda, verde. Um mecanismo stalinesco explicaria o “fenômeno *phi*” por meio de um processo de edição em uma área E do cérebro “anterior” ao Teatro Cartesiano. As luzes reais A (vermelha) e B (verde) só chegariam ao Teatro Cartesiano após passarem por E, onde seriam “complementadas” pelos pontos “intermediários” em movimento. A ilusão já estaria completa ao chegar à consciência. Esta possibilidade contrasta com a explicação orwelliana: após tornar-se consciente das duas luzes, sem que haja ilusão de movimento, um processo de edição apaga a memória da sensação original e a substitui por outra, que inclui a sensação de movimento. A rapidez do processo garante seu término antes do ato de fala do sujeito sobre sua experiência. Quando ele fala desta, está sendo enganado por sua memória, e não falando de sua percepção original.

Se o materialismo cartesiano está correto, existe uma forma de verificar qual das duas hipóteses é a correta. Dennett observa que a hipótese stalinesca poderia, aparentemente, ser testada, considerando-se o atraso da consciência que ela requer. Este atraso parece lhe dar conteúdo empírico – um teste crucial para descartar ou reforçar a idéia. Uma vez que há um intervalo de 200 milissegundos entre o acionamento das duas luzes, e a ilusão não pode estar pronta até que haja a detecção inconsciente da luz verde, a experiência da luz vermelha teria de ser “adiada” por, no mínimo, 200 milissegundos. Se E enviasse imediatamente a percepção da luz vermelha para o Teatro Cartesiano, o sujeito experimentaria uma lacuna de pelo menos 200 milissegundos em sua experiência (pois E precisaria preparar o resto da ilusão), o que não é o caso.

Dennett nos pede que imaginemos que os sujeitos sejam requisitados a pressionar um botão assim que tiverem consciência da luz vermelha. Neste caso, haveria pouca ou nenhuma diferença entre os tempos de resposta a uma luz vermelha apenas e a uma luz vermelha seguida de outra verde, após 200

milissegundos. Infelizmente para o defensor da hipótese stalinésca, os experimentos mostram que as respostas à percepção consciente são rápidas demais para que haja um processo de edição anterior à consciência. O acionamento do botão, portanto, tem início antes do tempo necessário para a discriminação da luz verde.

Se aceitarmos a questão “stalinésca ou orwelliana?”, conforme o modelo do Teatro Cartesiano, seria plausível declarar vencedora a segunda alternativa já que aparentemente, não há tempo para que a primeira seja levada a cabo. A alternativa mais plausível, então, seria afirmar que o sujeito reage conscientemente à visão da luz vermelha. Enquanto se prepara para apertar o botão, ele percebe a luz verde. Em seguida, ambas as experiências são apagadas de sua memória e substituídas por uma falsa lembrança da luz vermelha se movendo e mudando de cor. Se o sujeito contestar a teoria, afirmando estar consciente da luz em movimento e em mutação desde o início, o teórico orwelliano o refutará, observando que o fato de ter pressionado o botão imediatamente após perceber a luz vermelha significa que ele estava consciente da luz vermelha estacionária antes de poder perceber a luz verde. O relato do sujeito é causado por uma falsa memória.

Ao explicar a ilusão por meio de uma “revisão de memória” ocorrida após a passagem das percepções pelo Teatro Cartesiano, o teórico orwelliano parece ter obtido uma vitória conclusiva. No entanto, existe uma segunda maneira stalinésca de explicar o fenômeno *phi*, que não é vulnerável à refutação anterior. Se o sujeito iniciar a reação à luz vermelha antes de tornar-se consciente dela, ele pode “compensar” o atraso postulado pelo processo de revisão pré-consciência. Suponhamos que as instruções dadas ao sujeito (apertar o botão logo após perceber a luz vermelha) tenham predisposto a “sala de edição” a iniciar o acionamento do botão antes da passagem da percepção pelo Teatro Cartesiano. O sujeito estaria reagindo antes do envio de toda a ilusão para o Teatro Cartesiano. Isto significa que o sujeito, ao descrever sua experiência, produziria um relato quase totalmente correto; a única incorreção seria afirmar ter pressionado o botão após tornar-se consciente da luz vermelha.

Uma vez que ambos os modelos podem explicar o ocorrido, a aceitação do materialismo cartesiano como premissa nos leva a um impasse: qual modelo é o correto? É crucial para Dennett mostrar que o impasse não pode ser resolvido, e devemos descartar a questão como uma pergunta ruim, consequência de uma

intuição enganadora sobre o cérebro. Dennett argumenta que ambas as versões do materialismo cartesiano podem explicar todos os dados presentes e todos os que podem ser obtidos futuramente. Os dados subjetivos – o que ocorre nos mundos heterofenomenológicos dos sujeitos – são idênticos para ambas as teorias. Os sujeitos, afinal, são incapazes de achar algo em sua experiência que lhes diz se tiveram experiências ilusórias ou memórias enganadoras. A perspectiva de terceira pessoa tampouco pode encontrar algo para resolver o impasse. Um mapeamento das representações no cérebro, que incluísse o momento e o local em que cada juízo e percepção têm origem não contribuiria em nada para favorecer uma das hipóteses. Afinal, este mapeamento resultaria na descoberta do primeiro momento em que é possível reagir a um determinado evento. O momento, porém, em que o sujeito de fato o faz pode vir um pouco depois. O sujeito também teria um “prazo” para se tornar consciente do conteúdo em questão, se quisermos explicar sua inclusão em um determinado relato verbal. Ou seja, teríamos o último momento em que o conteúdo pode tornar-se consciente. O que os experimentos não podem nos dar, no entanto, é a localização exata do Teatro Cartesiano a partir da interação entre cientista e sujeito, já que tanto o modelo orwelliano quanto o stalinesco são compatíveis com qualquer coisa que os sujeitos digam a respeito de um processo medido em frações de segundos. Os dois candidatos não contestam o fato de que qualquer reação comportamental a um conteúdo pode ser uma mera reação inconsciente. Se o Teatro Cartesiano for localizado em uma estrutura cerebral posterior à percepção da luz vermelha, de modo a acomodar o “atraso” postulado pela teoria stalinesca, teremos uma petição de princípio contra a teoria orwelliana, que vê o local onde a percepção foi gerada como o Teatro Cartesiano e o processo de edição, posterior, como inconsciente. Se os cientistas decidissem por esta hipótese, rivais stalinescos teriam razão em os acusarem de petição de princípio, já que nada impede que a reação inicial tenha sido inconsciente. Qualquer experimento empírico dependente de relatos heterofenomenológicos (e não existe outra maneira de estudar a mente empiricamente) gera o mesmo problema, quando jogamos segundo as regras do materialismo cartesiano.

Podemos tornar este ponto mais claro supondo que os cientistas realizam outro experimento, chamado “metacontraste”, para finalmente descobrir qual

hipótese, a stalinista ou a orwelliana, estará correta<sup>67</sup>. O “metacontraste” envolve um fenômeno bastante parecido com o de *masked priming*, que vimos no capítulo anterior. Um estímulo é mostrado brevemente em uma tela, seguido de um “estímulo-máscara”; após terem visto este último, os sujeitos afirmam não terem visto o primeiro. No entanto, eles tendem a responder corretamente quando perguntados se havia mais de um estímulo. A interpretação stalinista diria que o primeiro estímulo nunca ultrapassa o limiar da consciência, e explica seu efeito no comportamento do sujeito como um processo inconsciente. A interpretação orwelliana diria que os sujeitos tiveram consciência do primeiro estímulo, mas sua memória dele é quase totalmente apagada pelo “estímulo-máscara” – ela é tênue demais para estar presente na introspecção, mas “forte” o bastante para influenciar o comportamento do sujeito. Ambas as perspectivas, então, concordam que estímulos podem ter efeitos, ainda que estes estejam relegados ao inconsciente. Nenhuma controvérsia, portanto, quando se trata da influência de efeitos não-verbais. Ambas também explicam os relatos verbais. Na teoria stalinista, o aparato cognitivo do sujeito o engana desde o início, enquanto na visão orwelliana, o sujeito é traído por sua memória. As duas teorias também estão de acordo a respeito do aparecimento das representações dos estímulos no cérebro, divergindo somente sobre o que é pré e o que é pós-consciente. Nenhuma das duas contribui para o mapeamento da cadeia causal que leva ao depoimento do sujeito; ambas dirão que ela se inicia na área x do cérebro e termina na área y. Os efeitos não-verbais, por exemplo, serão localizados nas mesmas áreas, não importando a controvérsia a respeito de sua passagem pelo Teatro Cartesiano. As alternativas que o materialismo cartesiano nos proporciona, portanto, não têm conteúdo empírico que possa nos ajudar a entender o funcionamento do cérebro. Se, como já vimos, os sujeitos nada podem encontrar algo que resolva a controvérsia através de sua introspecção, o dilema em questão envolve duas alternativas que explicam todos os dados, sejam eles de primeira ou terceira pessoa. A divergência – o que deve ser considerado anterior e posterior à consciência, é, como diz Dennett, “uma diferença que não faz diferença”.<sup>68</sup> E uma vez que é impossível encontrar algo que favoreça uma das alternativas, devemos abandonar de uma vez por todas o dilema

---

<sup>67</sup> Dennett, 1992a, p.141-144.

<sup>68</sup> *Ibidem*, p.125. Minha tradução.

e a pressuposição que nos levou até ele – o materialismo cartesiano. Tudo que ele nos deu foi direções até um beco sem saída. A argumentação de Dennett faz do embate entre teóricos stalinescos e orwellianos uma bobagem, comparável à discussão entre “qualófilos” que se perguntam se houve inversão de *qualia* ou inversão das reações aos *qualia*. Ao levar a sério as premissas do materialismo cartesiano, os pesquisadores embotam sua visão e perdem tempo debatendo questões absurdas.

### 4.3 Como o Teatro Cartesiano ameaça nossa auto-imagem

Como vimos anteriormente, uma das maiores preocupações de Dennett é a de mostrar que a redução da consciência a fenômenos físicos não é uma perspectiva aterradora. Dennett visa conciliar a ciência com nossa auto-imagem. É interessante constatar, então, que a maneira como ele vê a consciência humana é um antídoto para uma visão cartesiana que, quando presente na interpretação de certos experimentos, parece refutar a idéia de que temos livre-arbítrio. Dennett, portanto, mais uma vez contraria nossas intuições e procura mostrar que é a visão intuitiva, e não a sua, que se mostra aterradora. Os experimentos em questão foram realizados pelo neurocientista Benjamin Libet. Segundo Dennett, ao interpretá-los de forma cartesiana, Libet conclui que nosso livre-arbítrio é mais limitado do que se supõe<sup>69</sup>.

O experimento consiste na tentativa de determinar o momento exato da decisão consciente do sujeito, que deve flexionar seu pulso quando sentir vontade. Libet utilizou aparelhos para monitorar a atividade cerebral dos sujeitos, mais especificamente para detectar as atividades conhecidas como “potencial de prontidão” (doravante PP) e “eletromiogramas” (EMGs). PPs e EMGs são fenômenos que sempre antecedem a contração muscular que é realizada pelo sujeito. O tempo de ocorrência destas atividades é chamado por Libet de *série objetiva*. A *série subjetiva* consiste em memórias de planejamento do movimento, sensações do sujeito e no juízo emitido pelo mesmo a respeito do aparecimento de sua vontade de realizar o movimento. O momento em que este juízo ocorre é detectado, segundo Libet, da seguinte forma: o sujeito observa um relógio e a

---

<sup>69</sup> Dennett, 2003, p. 221-242.

posição de um ponto no mesmo, no momento em que decide flexionar o pulso. O ponto no relógio dá uma volta a cada 2,65 segundos, rápido o bastante para que Libet possa calcular com precisão, incluindo frações de segundo, o momento das decisões dos sujeitos. Libet lhes pediu que deixassem a vontade de mover o pulso aparecer espontaneamente, ou seja, os sujeitos não deveriam planejar em que momento fariam o movimento. Tendo obtido dos sujeitos a série subjetiva, Libet as comparou com a série objetiva de eventos cerebrais. O resultado foi uma aparente lacuna de 300-500 milissegundos entre o início da atividade cerebral que leva ao movimento e a vontade consciente de realizá-lo. A série objetiva tem início antes da subjetiva. Libet e alguns de seus colegas concluem que o movimento realizado pelos sujeitos já estava em preparação no momento em que surgiu a vontade consciente de realizá-lo. A ação está praticamente determinada no momento em que temos consciência dela. Tudo que podemos fazer é vetar o movimento – temos um décimo de segundo para fazê-lo. Se aceitarmos que há um momento exato em que a decisão de flexionar o pulso ocorre, teremos de aceitar que o movimento não é livre. Somente a “desistência” pode sê-lo. Este é o cenário que Dennett pretende demolir.

Como vimos na seção anterior, Dennett argumenta que a crença em um momento e localização precisos da consciência do que quer que seja é uma quimera. Não existe uma estrutura anatômica tal que os conteúdos da mente, antes de lá chegar, são pré-conscientes, e pós-conscientes após a deixarem. Se admitirmos que este local existe, seremos levados ao impasse entre interpretações stalinianas e orwellianas – um problema intratável. Ainda assim, é esta perspectiva que orienta a interpretação de Libet. Ele propõe localizar a interseção das trajetórias dos sinais que representam a decisão de mover-se, e a dos sinais que representam a posição do ponto no relógio. Isto significa considerar o momento em que as representações estão lado a lado, posicionadas de modo a serem percebidas pelo sujeito. Mas percebidas onde? No local onde se encontra o sujeito; no Teatro Cartesiano, portanto. Se o observador estiver localizado na faculdade de razão prática, ele espera até que a percepção processada pelas áreas visuais do cérebro lhe seja enviada, e então decide agir. Se o sujeito estiver localizado no centro de visão, ele aguarda a chegada da “decisão” feita inconscientemente pela faculdade de razão prática. O sujeito também poderia estar, se aceitarmos o cenário proposto por Libet, em um terceiro local, que recebe

representações das duas estruturas. O momento em que as duas modalidades de conteúdo aparecem é o momento em que o sujeito tem consciência de sua vontade de agir. De acordo com Dennett, trata-se de uma perspectiva stalinista; temos a impressão de ter iniciado o movimento mas o conteúdo que gera a ação chega com atraso no Teatro Cartesiano. É como se fôssemos os “últimos a saber”. O problema é que, como vimos, jamais haverá uma argumentação bem-sucedida em favor desta interpretação *versus* uma perspectiva orwelliana. Nesta última, o sujeito inicia a ação em um momento  $t$ , que coincide com seu PP. Tendo esquecido disso, diz ter decidido fazer o movimento em um momento  $t_2$ , 300 milissegundos mais tarde. Tendo aceitado o Teatro Cartesiano, não é possível descartar esta hipótese sem petição de princípio. Sendo assim, Dennett nega que Libet tenha provado qualquer hipótese apavorante sobre o livre-arbítrio.

Libet foi traído, enfim, pela intuição de que podemos sempre localizar o sujeito no espaço e/ou no tempo. A premissa que o forçou a concluir que seus sujeitos não estavam praticando uma ação livre é a crença em um espaço bem-definido, onde podemos localizar a subjetividade. Ele não acredita, evidentemente, em um homúnculo dentro do cérebro, mas sua interpretação do experimento requer o confinamento do sujeito em uma determinada região. Uma vez aceita esta premissa, a atividade cerebral externa a esta região parece estar fora de qualquer controle consciente. Em suma, segundo Dennett, “se você se faz muito pequeno, você pode externalizar qualquer coisa”.<sup>70</sup> Se aprisionarmos a subjetividade em uma região anatômica, teremos de levar a sério a possibilidade de não ter controle sobre nossas ações. Felizmente, esta possibilidade foi reduzida ao absurdo, e o cenário que emerge daí é um sujeito *pulverizado*, tanto espacial quanto temporalmente. A maneira como Dennett vê a consciência, portanto, acaba tendo conseqüências moralmente positivas. Quão curiosa e irônica é a constatação de que o suposto reducionista ganancioso tem, afinal, algo palatável a dizer sobre o ser humano!

---

<sup>70</sup> Dennett, 2003, p. 122. Minha tradução.

#### 4.4. O cérebro manipula imagens mentais?

Outro experimento, bastante conhecido, que pode nos ajudar a compreender quão potente, e tola, é a ilusão do materialismo cartesiano, é o estudo da “rotação de imagens mentais” de Roger Shepard.<sup>71</sup> Os experimentadores propõem aos sujeitos descobrir se pares de desenhos representam a mesma figura, vista de ângulos diferentes. Os sujeitos julgam encontrar a resposta após girar uma das imagens “em seu olho da mente”, e tentar sobrepor-la à outra. Shepard variou as distâncias de rotação entre figuras e registrou quanto tempo os sujeitos precisavam para completar o processo. Uma imagem que precisaria ser girada por x graus para que houvesse a sobreposição era “manipulada” pelo sujeito por aproximadamente a metade do tempo que uma imagem com x vezes dois graus de distância angular. Este fato fortaleceu a hipótese de que o juízo dos sujeitos se baseia em um processo imagético. O psicólogo Stephen Kosslyn vê os experimentos como prova de que representações são

Reunidas para exibição interna de maneira bastante similar à forma como imagens em um Tubo de Raios Catódicos podem ser criadas a partir de arquivos da memória de um computador. Uma vez na tela interna, elas podem ser giradas, vasculhadas e manipuladas de outras maneiras por sujeitos que recebem determinadas tarefas.<sup>72</sup>

Ainda que Kosslyn tenha enfatizado que esta comparação é metafórica, a imagem que ele evoca pode gerar confusões. Alguns pesquisadores a levam mais a sério, abandonando a neutralidade da heterofenomenologia em favor de uma linguagem mais assertiva. O risco desta abordagem é reabilitar o Teatro Cartesiano, ao postular um “olho da mente” literal que observa e compara imagens. O psicólogo Steven Pinker é talvez o caso mais agudo do que Dennett vê como patologia:

...existem as imagens mentais, as visualizações de objetos e cenas no olho da mente. O psicólogo Stephen Kosslyn mostra que o cérebro é equipado com um sistema capaz de reativar e manipular memórias de experiência perceptiva, mais ou menos como um Photoshop com seus dispositivos para montar, girar e colorir imagens. Como a linguagem, as imagens mentais podem ser usadas como um

---

<sup>71</sup> Dennett, 1992a, p. 285-297, Pinker 2004, p. 298

<sup>72</sup> Dennett, 1992a, p. 286. Minha tradução.

sistema escravo – um “bloco de rascunho espacial” pelo *executivo central do cérebro* [grifo meu], o que faz delas uma valiosa forma de representação mental.<sup>73</sup>

Diante do perigo de uma reparação do Teatro Cartesiano via experimentos científicos, Dennett retoma sua ofensiva. Ele procura persuadir o leitor de que recriar imagens dentro do cérebro seria desperdício, um sinal de *design* ruim. Ele propõe uma analogia com computadores para tornar isso claro.<sup>74</sup> Suponhamos que houvesse um sistema de comparação de imagens para deficientes visuais. Não estando aptos a girar desenhos no monitor para efeito de comparação, eles delegam a tarefa para um sistema projetado para este fim, chamado CADBLIND. O CADBLIND 1 possui um subsistema CAD que armazena imagens, ligado a um monitor, e um subsistema de visão artificial, incluindo uma câmera apontada para o monitor e dedos mecânicos para uso do CAD. A câmera é o “olho” do subsistema de visão artificial. Se considerarmos o CADBLIND 1 como um todo, ela é o “olho da mente” do sistema. O subsistema de visão artificial reconstrói os *bit-maps* (os zeros e uns que definem as imagens no monitor) das imagens a partir dos *outputs* da câmera e então faz os cálculos e ajustes necessários para a comparação.

O CADBLIND 1 é evidentemente um sistema ineficiente, pois todo o processo de exibição das imagens em uma tela, diante da câmera/olho da mente é redundante. O subsistema CAD pode simplesmente passar as informações para o subsistema de visão por meio de um cabo. Isto eliminaria custos e tornaria o sistema mais ágil. Chamemos esta versão aperfeiçoada de CADBLIND 2. Seria ele satisfatório como uma versão definitiva? Se o processamento das imagens inclui sombras, texturas e remoção de linhas ocultas, o CADBLIND 2 ainda terá que analisar o *bit-map* para comparar as imagens. Isto significa que o CADBLIND 2 não elimina todas as redundâncias do primeiro sistema. Por que re-representar uma porção do *bit-map* se o subsistema CAD já possui a informação de que o subsistema de visão necessita? No CADBLIND 3, o *hardware* que calcula e analisa o *bit-map* o faz a partir das informações que recebe diretamente do CAD. Um sistema bem projetado só precisa fazer as discriminações relevantes uma vez. O mesmo vale para o cérebro: por que a seleção natural “projetaria” um

---

<sup>73</sup> Pinker, 2004, p. 298.

<sup>74</sup> Dennett, 1992a, p. 290-292.

sistema onde percepções são re-representadas para um “executivo central”? O filósofo Robert Nozick entendeu bem o problema:

Nós pensamos que nossas experiências se assemelham, retratam ou combinam com o que está lá fora. Mas será este o caso, e o que significaria dizer que elas o fazem, uma vez que os estímulos não são literalmente reproduzidos dentro do cérebro, calor com calor, pressão com pressão etc.? E sequer é claro o que a reprodução seria em outros casos. Receptores químicos capturam os sabores dos alimentos, mas o que significaria reproduzir estes sabores no cérebro? Será que outra pessoa teria que comer o cérebro se isso tivesse sido feito?<sup>75</sup>

Postular qualquer coisa semelhante a um executivo central no cérebro é uma forma de trapacear. Nenhum conhecimento genuíno surge daí. E a seleção natural (ou mesmo um *designer* inteligente) não criaria “*hardware*” redundante a este ponto. Em termos biológicos, cérebros são órgãos muito “caros”. A quantidade de nutrientes necessários para criá-los é imensa. Sendo assim, processos evolucionários não gerariam um subcérebro perfeitamente dispensável. Trata-se de um luxo que seres vivos em competição não podem pagar.

Este capítulo conduz a duas conclusões importantes. Em primeiro lugar, o trabalho realizado pelo “eu” deve ser distribuído pelo cérebro. O sujeito é decomposto, pulverizado anatômica e temporalmente. Percepções só precisam ser feitas uma vez. Discriminações posteriores custam caro em termos de recursos computacionais e “*hardware*”. Em segundo lugar, a argumentação de Dennett mostra quão importante é um pano de fundo filosófico na interpretação de experimentos científicos. Má filosofia, ou indiferença em relação à filosofia, significa, em muitos casos, má ciência.

---

<sup>75</sup> Nozick, 2001, p. 210. Minha tradução.